

Abrigo e afetividade II: a promoção de resiliência

* Por Vania Conselheiro Sequeira

A criança acolhida geralmente passou por situações difíceis, havendo pelo menos um acontecimento traumático forte e intenso que marcou sua história de vida. Toda criança acolhida carrega uma dor, seja a da separação de sua família, da perda de pai ou mãe, de espancamentos e abusos. Ela ficou sem sustentação afetiva em algum momento de sua história, por isso é essencial que as pessoas em seu entorno possam dar essa sustentação para que ela consiga lidar com sua experiência traumática.

Atitudes acolhedoras para com a criança ou o adolescente que vivenciou situações de violência são fundamentais. Nas histórias de vida daqueles que superaram adversidades encontramos pessoas que foram referências, muitas vezes, professores que possibilitaram a construção de uma relação com valor afetivo. Isso não quer dizer que todos ao redor da criança devem falar com ela sobre os problemas pelos quais passou com sua família ou das causas de seu acolhimento. O encontro afetivo pode até ser mudo, mas carregado de sentido, se o educador conseguir olhar a criança em suas potencialidades e não apenas a partir de um rótulo que pode atrapalhar o desenvolvimento dela. O educador pode nem tocar no assunto referente à história da criança, mas ao incentivá-la nas atividades diárias e ao acreditar em sua capacidade pode levá-la a uma transformação.

Cyrułnik é um psicanalista francês que trabalha com o conceito de resiliência. Na Física, resiliência refere-se à resistência de alguns materiais em suportar pressão ambiental e poder voltar à forma original. A partir desse conceito, a Psicologia tenta compreender porque algumas pessoas saem mais fortalecidas de eventos traumáticos que outras. Trata-se da capacidade humana de crescer e se desenvolver, apesar das adversidades.

Cyrułnik (2005) usa o termo *tutores de resiliência* para designar tutores afetivos promotores de desenvolvimento. É comum nas casas de acolhimento que isso ocorra aleatoriamente, ou seja, alguém se encanta com uma criança pela graça de seu sorriso, seus belos olhos ou cabelos, enfim por alguma característica, e lhe oferece apoio afetivo espontâneo e genuíno; mas raramente pudemos ver educadores conscientes de que tinham uma importância na vida afetiva das crianças acolhidas e que deveriam oferecer esse acolhimento para os meninos e meninas. Pelo contrário, escutamos cotidianamente educadores reclamando que as crianças não os respeitam, que não vão se apegar a elas “porque elas vão embora mesmo, então nem vale a pena sofrer...” (sic). Os educadores que trabalham em abrigos, trabalham justamente com abandono, perdas, rupturas e violência, por isso precisam saber lidar com essas questões, inclusive com o fato de que a criança pode estar só de passagem pela casa de acolhimento, assim como as crianças nas escolas trocam de professores a cada ano. Não significa que não haverá envolvimento só porque a relação não tem tempo definido. Ao observarmos diferentes casas de acolhimento, podemos perceber que ainda temos instituições que se aproximam de um modelo existente antes do ECA, geralmente isso ocorre em instituições maiores, antigas, com rotinas padronizadas que distanciam a criança da comunidade.

Será mais saudável para a criança acolhida quando ela puder estabelecer relações afetivas com os adultos que cuidam dela e com as outras crianças; quando houver valorização e ela for incentivada a interagir com o meio, a buscar soluções para seus problemas; quando existirem atividades culturais que promovam o desenvolvimento de um repertório de expressão nas crianças; e, principalmente, quando a criança for incentivada a ter planos para o seu futuro, a ter sonhos e a construir meios para realizá-los.

Precisamos estar atentos para a existência de fatores adversos ao bom desenvolvimento infantil, por exemplo, quando os adultos cuidadores agem sem expressão afetiva, com indiferença ou desdém pelas crianças; quando há situações constantes de omissão dos adultos nos conflitos cotidianos das crianças; quando o ambiente é hostil, agressivo; o clima institucional ostensivo; quando há excessiva ociosidade das crianças que ficam horas na frente da televisão, que podem faltar a escola sem que lhes seja questionado o motivo ou apontadas as consequências dentro de uma perspectiva de futuro. De modo geral, a indiferença dos cuidadores pode ser o fator adverso mais arrasador para o desenvolvimento da capacidade de superação.

Marin (1999) pesquisou sobre a formação da identidade de crianças institucionalizadas. A autora afirma que a perda, a falta e a separação não são em si um problema para a formação de identidade, mas são acontecimentos que sem dúvida influenciam nesse processo de formação. Portanto, permitir que a

criança questione sua origem, fale de seu abandono, entenda quem, no momento, oferece proteção e apoio e, ao mesmo tempo, oferecer limites e sustentação, possibilita o desenvolvimento de um sujeito autônomo capaz de lidar com sua história.

A instituição pode ser um lugar alternativo para o processo de identificação da criança, desde que não se camufle como uma falsa família. É função das casas de acolhimento, quando a família não tem condições de ficar com seus filhos, oferecer proteção, acolhimento, colocar-se como um espaço para que as crianças possam se desenvolver plenamente, encontrando um suporte adequado ao desenvolvimento bio-psico-social (Marin, 1999). É fundamental que o adulto possa ofertar confiança para a criança em diversas situações, sendo capaz de explicar-lhe o que se passou através de palavras, tentando descobrir o que faz a criança sofrer. A compreensão do adulto reconcilia a criança com seu sofrimento, sua raiva, sua dor.

A garantia para a criança de um espaço próprio, da diferenciação entre o que é dela e o que é do outro e da definição de papéis permite que a criança crie uma referência pessoal, que lhe possibilitará encontrar seus próprios parâmetros e se colocar como sujeito ativo em seu meio. Este espaço próprio que possibilite à criança uma vivência de unicidade é algo que não aparece nas casas de acolhimento. É possível notar que existe um movimento que se repete em diferentes instituições, tanto no que diz respeito ao cotidiano metódico das crianças, quanto à rotina de trabalho dos cuidadores.

É muito comum que os educadores e funcionários das casas de acolhimento se sintam desvalorizados e não percebam a importância que têm na vida das crianças e adolescentes acolhidos. Um trabalho de valorização e de resignificação para o próprio educador de seu papel pode provocar mudanças significativas na relação com as crianças e até mesmo do educador consigo mesmo. Entendemos ser fundamental o processo de valorização do educador, pois propiciar desenvolvimento pessoal e profissional para ele significará um ganho no repertório afetivo e relacional das crianças e jovens acolhidos.

Bibliografia

Cyrulnik, B. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/1990.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica. **Direito à convivência familiar- os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil, 2005**. Disponível no site www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar/capit2.pdf. Acessado em 01/08/2010.

Junqueira, M.F.P. da S.; Deslandes, S.F. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cad. Saúde Pública**, 19, (1), 2003, p. 227-235.

MARIN, I. S. K.. (1999) **Febem, família e identidade: O lugar do outro**. São Paulo: Editora Escuta.

* Vania Conselheiro Sequeira é Psicóloga e Supervisora de estágios em psicologia jurídica na Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP